

# Economia solidária e catadores de materiais recicláveis em Salvador e Curitiba: políticas públicas e a enunciação de identidades no Brasil<sup>1</sup>

Solidary economy and recyclable material collectors in Salvador and Curitiba: public policies and the enunciation of identities in Brazil

Economía solidaria y los cantoneros de materiales reciclables en Salvador y Curitiba: políticas públicas y la enunciación de identidades en Brasil

L'économie solidaire et les ramasseurs des matériaux recyclables à Salvador et Curitiba: les politiques publiques et l'énonciation identitaire au Brésil

*Lara Santos de Amorim\**

**Resumo:** Este artigo pretende realizar reflexão antropológica sobre a identidade de catadores(as) de Salvador (BA) e Curitiba (PR) e a política pública adotada para a formação de catadores de materiais recicláveis no Brasil. Depois de ter participado, em 2010, da investigação qualitativa em pesquisa nacional de Avaliação do Projeto de Fortalecimento do Associativismo e do Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis: formação para autogestão, assistência técnica e mobilização, empreendida pela Fundação Banco do Brasil (FBB), em ação conjunta com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), tive a oportunidade de realizar pesquisa etnográfica com catadores representantes do Movimento Nacional em Salvador e Curitiba. A partir destas conversas, foi possível traçar algumas das enunciações de identidades que se configuram nesta relação entre poder público e movimentos sociais. Meu objetivo é refletir sobre como se dão algumas enunciações e discursos que os entrevistados fazem de suas próprias identidades. A partir do momento em que esses indivíduos foram submetidos, por um período de três anos, a cursos de formação para "a emancipação social e econômica do segmento", a ideia de inclusão social se apresenta como a possibilidade de um novo lugar de auto expressão, uma vez que eles são historicamente vistos como excluídos.

**Palavras-chave:** Catadores de materiais recicláveis, políticas públicas no Brasil, enunciação de identidades no Brasil, exclusão social e sustentabilidade.

**Abstract:** The aim of this article is to reflect, within an anthropological framework, about the identity of the recyclable paper collectors of Salvador and Curitiba and about the public policies adopted to implement training courses for the above mentioned collectors of recyclable paper, in Brazil. After having participated, in 2010, of a qualitative research of national level of the "Evaluation of the project for the strengthening of the collectors of recyclable paper cooperatives: training for self-management, technical assistance and mobilization", carried out by the Bank of Brazil Foundation, along with the Ministry of Labor and Employment, I had the opportunity to perform an in-depth research with the representatives of the national movement of the recyclable paper collectors of Salvador and Curitiba. Having this oral interactions as a starting point, it was possible to outline some of the statements of the entities, as far as the relationship between the government and the social movement was concerned. My goal was to reflect, from an ethnographic perspective, about the statements and discourse made by those who were interviewed regarded their own identity. From the moment they were enrolled in the training courses, whose goal is the social and economic emancipation of this segment, the idea of social inclusion presents itself as a new place of self expression, due to the fact that they have been, historically, seen as excluded.

**Keywords:** recyclable paper collectors, public policies in Brazil, social identity discourse, social exclusion and sustainability.

\* Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professora Adjunta da Universidade Federal da Paraíba E-mail: amorimlaras@gmail.com

**Introdução** Este artigo pretende realizar uma reflexão antropológica sobre a identidade de catadores(as) de Salvador (BA) e Curitiba (PR) e a política pública adotada para a formação de catadores de materiais recicláveis no Brasil. Em 2010, fui coordenadora de campo da investigação qualitativa em uma ampla pesquisa nacional de Avaliação do Projeto de Fortalecimento do Associativismo e do Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis: formação para autogestão, assistência técnica e mobilização, empreendida pela Fundação Banco do Brasil (FBB), em ação conjunta com o Ministério do Trabalho e Emprego (TEM). Entre os estados brasileiros visitados, tive a oportunidade de realizar pesquisa em profundidade com catadores representantes do Movimento Nacional em Salvador (BA), na sede do Instituto Pangea e em Curitiba (PR), durante evento realizado pelo Instituto Lixo e Cidadania.

A partir destas conversas, foi possível traçar algumas enunciações de identidades que se configuram nesta relação entre poder público e movimentos sociais. Meu objetivo é, portanto, refletir, a partir de uma abordagem etnográfica, sobre como se dão algumas enunciações e discursos que os entrevistados fazem de suas próprias identidades. A partir do momento em que esses indivíduos foram submetidos, por um período de três anos, a cursos de formação para "a emancipação social e econômica do segmento", uma vez que são historicamente vistos como excluídos, a ideia de inclusão social se apresenta como uma nova possibilidade de lugar de fala. Conflitos entre militantes do movimento nacional de catadores e agenciadores da política pública, discursos emocionados sobre as novas oportunidades de vida em oposição a uma vida à margem da sociedade e a relação

de cooperação e camaradagem com os agenciadores e professores são, entre outros, dados férteis para empreender uma reflexão antropológica sobre a dinâmica existente entre as novas políticas públicas de inclusão social e a enunciação de novas identidades e discursos dos catadores de materiais recicláveis dos estados da Bahia e Paraná. As dicotomias inclusão/exclusão, economia solidária/capitalismo, sustentabilidade/desenvolvimento e os novos rumos do desenvolvimento das cidades urbanas brasileiras são outras possíveis reflexões que, em um nível mais macro, a pesquisa empreendida nos apresenta.

---

### Exclusão social, movimentos sociais e políticas públicas para a reciclagem de lixo

---

Segundo histórico sobre o segmento elaborado pela pesquisa acima citada, os catadores de materiais recicláveis exercem uma atividade fundamental para a sustentabilidade da vida urbana e preservação de recursos naturais, pois selecionam, separam, reciclam e comercializam materiais descartados em residências, escritórios, ruas, lixões e aterros sanitários. Apesar da grande importância de suas atividades, os catadores formam a base social mais excluída economicamente da pirâmide social brasileira. A indústria da reciclagem no Brasil, que movimenta bilhões por ano, é baseada na miséria de parte da população que trabalha em condições precárias para retirar dos resíduos o desperdício e retorná-lo ao ciclo produtivo. O trabalho com resíduos evidencia, portanto, a desigualdade social e o problema de exclusão no país. Homens, mulheres e crianças realizam essa atividade nas grandes cidades brasileiras, ocupando as regiões centrais e as ruas da cidade. Muitas

vezes, são explorados pelos atravessadores e quase sempre são estigmatizados pela sociedade (Relatório de Avaliação do Projeto Cataforte/Produto 1/FBB, 2010, p. 4).

Em junho de 2001, em Brasília, foi realizado o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, aberto com a 1ª Marcha dos Catadores e da População de Rua, levando mais de 3 mil catadores e moradores de rua para a Esplanada dos Ministérios. A partir desse momento, esses trabalhadores passaram a ter “status político” e entraram na agenda das políticas públicas. O primeiro esforço se deu no sentido de reconhecer a legitimidade da atividade que eles exerciam, o que foi efetivamente alcançado ao final de 2002, quando a atividade dos catadores foi registrada na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Foi o primeiro passo para a reivindicação de melhores condições de trabalho e políticas públicas que favorecessem a atividade desse segmento social.

Em 2003, o recém-empossado Presidente da República determinou, por decreto, a criação do Comitê Interministerial para a Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis, com a função de identificar as necessidades e desenvolver e articular ações que promovessem a emancipação social e financeira desses profissionais. Em 2004, o estudo produzido pela UFBA, OAF e Instituto Pangea, com a análise do custo de geração de postos de trabalho na economia urbana para o segmento dos catadores de materiais recicláveis, demonstrou a oportunidade de geração de trabalho e renda para esse segmento, especialmente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, territórios prioritários de intervenção, marcados pelos elevados índices de violência e desemprego, bem como pelo menor impacto do Programa Bolsa Família na economia local, se comparado aos territórios rurais. A pesquisa foi feita por

meio de Cooperação Técnica da UNESCO com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Fruto das discussões realizadas no âmbito do Comitê Interministerial de Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis, o Decreto nº 5.940, do Presidente da República, assinado em 25 de outubro de 2006, instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta na fonte geradora e sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis (Relatório de Avaliação do Projeto Cataforte/Produto 1/FBB, 2010, p. 5).

Vale lembrar ainda que, no Brasil, as primeiras iniciativas de organização dessa categoria se deram a partir do trabalho da Igreja Católica, especialmente as Pastorais de Rua. Com a abertura democrática ao final dos anos 1980, algumas administrações com perfil “democrático-populares” iniciaram processos de reconhecimento do papel desses trabalhadores e passaram a desenvolver programas para integrá-los às atividades de limpeza pública, especialmente na coleta seletiva. Ao final da década de 1990, surgiram as primeiras iniciativas de organizar esses trabalhadores em movimento social. As experiências bem-sucedidas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Santo André, Diadema, entre outras, estimularam a criação de novas organizações de catadores. Em 1999, em um congresso técnico sobre coleta seletiva e catadores de papel, realizado em Belo Horizonte, estavam presentes catadores organizados, surgindo então a proposta de se criar o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) (Relatório de Avaliação do Projeto Cataforte/Produto 1/FBB, 2010, p.4).

Atualmente, a implementação da coleta seletiva solidária alcança impactos sociais,

econômicos e ambientais e promove a sustentabilidade dos empreendimentos, dando visibilidade aos segmentos dos catadores. A constituição de Redes de Organizações de Catadores para a Logística de Operação da Coleta Seletiva Solidária, Processamento e Comercialização vem sendo apoiada por diferentes agenciadores, que atuam em parceria, constituindo-se em uma estratégia para que as organizações possam superar os intermediários e estabelecer negócios diretamente com a indústria pelo ganho de escala. Essas questões, somadas ao potencial econômico da atividade de catação e a algumas experiências exitosas de organização de catadores, estimularam diversas ações do Governo Federal para atuação junto aos grupos de catadores, a partir de metodologias participativas.

O Projeto de Fortalecimento do Associativismo e do Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis (Cataforte) foi uma dessas iniciativas para capacitar catadores(as), prestar assistência técnica e fortalecer as organizações de catadores em 18 estados brasileiros (Relatório de Avaliação do Projeto Cataforte/Produto 1/FBB, 2010, p.6).

---

---

### Agenciadores e beneficiários de políticas públicas – arena de enunciações de discursos

---

---

Enquanto atuava como pesquisadora de campo responsável pela pesquisa qualitativa na avaliação do Projeto Cataforte acima citado, tive a oportunidade de realizar pesquisa em profundidade com 10 catadores em dois estados brasileiros (Bahia e Paraná). Ao visitar as cooperativas e as entidades agenciadoras desta política pública que se consolidou no Brasil na última década,

chamaram-me a atenção neste cenário de pesquisa dois tipos de relatos dramáticos: os depoimentos emocionados que descreviam a trajetória trágica de quem antes vivia na completa exclusão social e que, depois de participar do movimento social e da mobilização do segmento em cooperativas, encontrou uma nova identidade e autoestima; e as histórias que desvendavam os conflitos entre os agenciadores da política pública empreendida no estado e os catadores organizados, especialmente aqueles ligados ao movimento nacional e regional de catadores de recicláveis.

A etapa da pesquisa qualitativa do projeto de avaliação do Cataforte tinha como um dos seus objetivos metodológicos investigar o conhecimento e a prática dos envolvidos no Projeto, analisando as inter-relações entre os diferentes atores sociais, valorizando a subjetividade e a reflexividade dos diferentes agentes e sujeitos envolvidos no processo, de forma a permitir a identificação da Teoria do Programa Cataforte.

Neste sentido, as entrevistas realizadas com os catadores e agenciadores do Projeto foram gravadas a partir de um roteiro de perguntas semiestruturadas, as quais se propuseram a investigar a avaliação das necessidades sociais dos catadores, a avaliação da teoria do programa executado e a avaliação do processo, impacto e eficiência deste mesmo programa.

Tendo sido executado por 19 entidades, envolvendo a capacitação de 10.600 catadores(as) em 18 estados brasileiros, o projeto Cataforte se constitui na arena social e política brasileira como um projeto responsável pela enunciação de uma política pública direcionada para o fortalecimento da economia solidária e inclusão de um segmento historicamente excluído nas grandes cidades brasileiras. Atuou, nesse sentido, na capacitação, formação e mobilização de

um público-alvo de catadores de materiais recicláveis organizados em cooperativas e associações, visando ao fortalecimento das organizações sociais e produtivas destes e das suas formas de autogestão dos empreendimentos econômico-solidários.

Os catadores(as) de materiais recicláveis, por sua vez, são os sujeitos e beneficiários desta política pública e entram na mesma arena como sujeitos sociais excluídos, em sua imensa maioria, de uma educação formal oferecida pelo Estado, sendo explorados pelos atravessadores e quase sempre estigmatizados pela sociedade. No entanto, enquanto enunciação de direitos sociais e política pública de inclusão social, o projeto os define como potenciais agentes capazes de estabelecer negócios diretamente com a indústria pelo ganho de escala. A capacitação técnica do segmento tem o objetivo de desenvolver Sistemas de Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis que privilegiem toda a cadeia urbana da reciclagem, contribuindo para a melhoria das condições de vida e trabalho desse segmento e, conseqüentemente, para a qualidade ambiental das cidades. Além de fomentar e garantir o apoio financeiro a projetos de associações e cooperativas de catadores, o ação do Cataforte se propôs a capacitar o segmento com cursos de formação que subsidiariam a pouca educação formal e recuperariam a baixa autoestima deste grupo social.

Considerando o histórico de organização dos catadores de materiais recicláveis no Brasil, em dez anos de mobilização, pode-se afirmar que, de fato, conquistaram-se vários marcos legais que promovem a integração e a inclusão produtiva da organização de catadores no gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos; no entanto, o número de indivíduos organizados em todo o país é ainda bastante reduzido. De acordo com

o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), num universo estimado de um milhão de catadores em todo Brasil, cerca de 120 mil já estão organizados em associações e cooperativas. Em uma amostragem de 35.637 catadores apresentada pelo MNCR com base em Trabalho do Pangea de 2006, os catadores apresentaram-se organizados em 4 níveis, dos quais o nível 4 representa o menor nível de organização: 3,8 % estavam no nível 1; 7,8%, no nível 2; 16%, no nível 3; e a grande maioria (72,4 %) no nível 4. Vale lembrar que este número de catadores organizados certamente aumentou em função da mobilização e organização do movimento e das políticas de formação implementadas nos últimos anos (Relatório de Avaliação do Projeto Cataforte/Produto 1/FBB, 2010, p.8).

Considerando os resultados finais da pesquisa de avaliação do Cataforte, pode-se afirmar também que o processo de organização dos catadores em associações e cooperativas é um dos fatores diretamente responsáveis pelo sucesso das políticas públicas introduzidas em todo o país, ou seja, nos estados onde os catadores se encontram mais organizados e mobilizados politicamente enquanto categoria profissional e movimento social, os cursos de formação e a assistência técnica do projeto Cataforte foram mais eficazes. Entretanto, não se pode esquecer que instituições agenciadoras das políticas públicas, como o Pangea e o Instituto Lixo e Cidadania, por exemplo, foram fundamentais para fomentar e estimular a organização e mobilização da categoria no estado da Bahia e do Paraná, respectivamente.

Uma vez contextualizadas as diferentes perspectivas do que estou chamando aqui de arena de instituição de uma política pública – onde atuam, de um lado, os agentes executores e gestores do Estado que propõem a política e, de outro, o sujeito

beneficiário desta mesma política, devemos, por fim, argumentar que estes beneficiários se tornam também agentes ativos na arena social, uma vez que, organizados e mobilizados politicamente, abandonam uma postura antes passiva e passam a atuar como sujeitos capazes de enunciar, eles mesmos, seus próprios direitos sociais.

---

### Agentes sociais e drama social: contradições e conflitos

---

Com o objetivo de apresentar uma reflexão sobre as enunciações e contradições reveladas nos discursos dos atores sociais que representam seus diferentes papéis no cenário acima descrito, utilizarei o conceito de agente social nos termos definidos por Bourdieu (1998), de ação social e interação social nos termos de Goffman (2006) e de drama social nos termos de Turner (1974; 1982).

Goffman, durkheimiano que amplia o entendimento do conceito de coerção social ao evidenciar a perspectiva política da ordem da interação social e as relações de poder na vida cotidiana, refere-se à ação social do sujeito que atua em um mundo onde os papéis sociais estabelecidos acontecem em um "silencioso campo de batalha" (Gastaldo, 2008). No caso em discussão, a dimensão interacional da política se dá justamente entre a enunciação de uma política pública, sua aplicação e os agentes sociais que atuam neste processo.

Bourdieu (1998) também articula, de forma convincente, uma abordagem sobre os campos de poder relacionados à produção simbólica da cultura, enfatizando a análise sociológica da produção dos bens simbólicos e do habitus individual e coletivo

dos produtores da cultura. A preocupação de Bourdieu com a condição social da produção, circulação e consumo de bens simbólicos demonstra a sua definitiva percepção de como a relação entre os diferentes campos denuncia relações de poder em que são disputadas e afirmadas, de forma desigual e hierarquizada, diferentes expressões culturais.

Bourdieu (1993) introduziu, no campo teórico da sociologia, os conceitos de habitus e de campo, negando tanto o "objetivismo reducionista" de algumas abordagens sociológicas e estruturalistas quanto o "subjetivismo" das abordagens que explicam a produção dos bens culturais a partir de estruturas universais e, portanto, sem especificidade histórica, tais como tradições filosóficas neokantianas ou a chamada fenomenologia social. Na abordagem de Bourdieu, o agente, ou seja, aquele que é o operador prático das construções do objeto, opera a partir de princípios – estruturas estruturantes e estruturadas – organizadores de práticas e representações que podem estar pragmaticamente adaptados aos resultados que busca sem que, entretanto, tenha consciência dos fins a serem alcançados ou capacidade expressa das operações necessárias para obter determinados fins.

O agente de Bourdieu não seria um autômato a obedecer a leis coletivamente orquestradas, mas aquele agente dotado de um senso prático (*sens pratique*) que reage em situações específicas de maneiras quase nunca calculadas, porém dentro de um processo em que comportamentos e valores foram internalizados no processo de socialização e na vivência da prática. Essa ação prática do agente/indivíduo acontece dentro de um campo específico de ação (*field*). O conceito de campo é dinâmico e

procura situar o contexto concreto da ação. Cada agente ocupa determinada posição em um determinado campo e as relações ali estabelecidas são também baseadas na competição por controle dos interesses e recursos específicos daquele campo. Os campos são, portanto, variados e devem ser compreendidos a partir de sua própria disposição interna.

Neste campo da interação social entre agentes sociais que participaram da implementação do projeto Cataforte em território brasileiro, escolhi como material privilegiado de análise os relatos de alguns catadores que representam o MNCR e são dirigentes de cooperativas em seus respectivos estados. Tais relatos estão registrados nos relatórios de campo da etapa relativa à pesquisa qualitativa da avaliação acima referida.

O primeiro relato concerne ao de Dona Sônia dos Santos, presidente da Cooperativa de Catadores Ecológicos de Canabrava (CAEC), cooperativa de grande porte localizada em Salvador, fundada em 2003, com o apoio do Centro de Estudos Socioambientais (PANGEA):

Nasci aqui mesmo, em Salvador, e trabalho desde os 10 anos de idade com catação. Eu catava para ajudar no sustento da família. Naquela época, só se vendiam ossos e ferro, então eu, com 10 anos de idade, andava pelos quintais da vizinhança, procurando esses artigos para vendê-los. Trabalhei um tempo como doméstica e, aos 17 anos, já com dois filhos, conheci um rapaz que trabalhava dentro do aterro sanitário de Canabrava. Diante de várias dificuldades financeiras, e problemas familiares, fui trabalhar no lixão, com reciclagem, até que ele fechou. Quando isso aconteceu, ficou realmente difícil, pois muitas famílias ficaram desempregadas e o programa da prefeitura não atendeu a todos os necessitados. Passei fome, busquei comida dentro das lixeiras.

(Neste momento a entrevistada fica muito emocionada e chora). Foram momentos muito difíceis... Meus filhos não sabiam o que era ganhar um presente, nem podiam ir a um aniversário de algum vizinho, porque não tinham o que vestir. Encarei essa dificuldade por muito tempo, até que me falaram do cadastro, para fazer parte de uma cooperativa, onde administrariamos nosso próprio negócio. No dia do cadastro, acordei cedo e fui tentar conseguir a ficha. Graças a Deus, consegui, me cadastrei e, em 2002, participamos de uma capacitação. Durante as manhãs, eu trabalhava nas lixeiras e, à tarde, frequentava o curso da cooperativa. Em 2003, começamos a fazer uma mobilização, para que a população pudesse doar os materiais de reciclagem, e começamos a catação dentro do Projeto Pangea.

Com este relato dramático, Dona Sônia inicia a narração de seu périplo entre a exclusão social no aterro sanitário e a bem-sucedida gestão da cooperativa. Ela lembra que, em 2003, "o Pangea conseguiu alugar um galpão para que pudéssemos iniciar os trabalhos de coleta. Tínhamos várias reuniões de incentivo, onde éramos motivados a trabalhar e melhorar nossa condição. Assim, aos poucos, fomos conseguindo parceiros, muita ajuda, e alcançando melhorias. Fomos crescendo e, hoje, graças a Deus, estamos bem. Eu estou bem, minha autoestima mudou, e não tenho mais vergonha da minha situação".

Em 2010, quando foi realizada a entrevista, a CAEC já estava equipada com caminhões, balanças, esteiras, prensas, e todos os equipamentos básicos, além de um espaço enorme para fazer a seleção dos recicláveis. No que diz respeito à renda, alguns cooperados conseguem tirar entre 540 e 560 reais líquidos, com descontos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Todos ganham por produção. Nove pessoas

da cooperativa fazem parte do MNCR. Segundo a catadora, após o início do Projeto Cataforte, tanto o relacionamento entre os cooperados quanto o processo de qualificação no trabalho melhoraram e a renda da cooperativa aumentou significativamente.

Outro entrevistado da mesma cooperativa, seu Ubiratan, relata sua trajetória dramática antes de se envolver com o movimento nacional dos catadores:

Tenho 47 anos de idade, e venho de uma família muito pobre, onde vivi em situação de miséria durante muito tempo. Comecei a catar aos oito anos de idade, para ajudar na renda da família. Morávamos no bairro da Gama. Dos três filhos, eu era o que mais se preocupava com a sustentabilidade dentro de casa, e em ajudar minha mãe, que era deficiente. O começo foi bem difícil, na rua, pelos cemitérios, lixões, onde catava de tudo. Quando eu tinha 13 anos, minha família e eu perdemos tudo o que tínhamos em casa, depois de uma chuva forte que ocorreu no nosso bairro, e deixou grande parte da população desabrigada. A partir daí, fomos nos abrigar em um colégio, logo depois passamos pela comunidade Fonte Nova, e aí chegamos ao bairro Cana Brava, quando entrei de vez para o trabalho de catador no lixão que, naquele momento, era o principal sustento dos moradores do bairro. Não tínhamos acesso à educação, saúde ou infraestrutura. Não existia nada, nem ninguém que olhasse por nós. Tudo o que tínhamos era discriminação e exploração. Em 2002, então, surgiu a capacitação para o projeto Pangea, e foi aí que tudo começou a mudar. Entramos para a cooperativa, mobilizando a população para a coleta de lixo, que passou a compreender a importância do trabalho da cooperativa, tanto social, quanto ambiental. A partir daí, começamos a desenvolver o trabalho dentro desse projeto. Iniciamos trabalhos de políticas públicas pelo Brasil e, com isso, obtivemos grande apoio de empresas e da própria população. Em 2007, assumi o posto de líder estadual, dentro da cooperativa, e representante nacional.

Notamos, em seu relato, a transição entre o desalento da exclusão social de todos

os direitos de cidadania e a importância da catação como atividade de economia solidária capaz de empoderar o sujeito, política e economicamente. Para o catador, tanto o movimento nacional quanto a cooperativa alcançaram uma importância social e ambiental em todo o país. Mas acrescenta que não basta apenas investir na política de recolher materiais, pois manter a “logística reversa” demanda mais cursos e maiores capacitações.

Em linhas gerais, o relatório de avaliação do Cataforte revela que o Pangea tem feito um trabalho bastante eficiente como entidade executora das ações e políticas públicas de economia solidária desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE). Neste sentido, enquanto agente de políticas públicas voltadas para o segmento de catadores de material recicláveis, o Pangea tem tido uma performance positiva sob o olhar atento dos sujeitos beneficiários do Cataforte. Tanto que, entre outras entrevistas realizadas na sede do Pangea em setembro de 2010, conversei também com o diretor do Pangea, com os professores dos módulos de formação e com as pedagogas responsáveis pela capacitação. Foi surpreendente notar como havia uma interação harmônica e satisfatória entre as diferentes categorias que atuam na execução da política e os que são beneficiários desta. Essa interação positiva entre os diferentes atores sociais revelou, neste caso, que as relações de poder e de disputa foram bem administradas no processo de enunciação da política e de consequente emancipação do agente beneficiado.

Em Curitiba (PR), entretanto, o “silencioso campo de batalha” onde são travadas as disputas mais acirradas entre os agenciadores da política pública e os



catadores não pareceu, de acordo com as entrevistas que realizei em outubro de 2010, tão pacificado e dotado de eficiência, como aquele que encontramos em Salvador.

Em Curitiba, o Instituto Lixo e Cidadania (ILC), responsável pela execução do Cataforte no estado, havia acabado de viver um conflito dramático que implodiu dentro de sua estrutura política. O conflito terminou com a destituição da equipe técnica responsável pela execução do Cataforte desde o seu início e a substituição desta por outra, que deu continuidade ao projeto já em andamento na época.

O Instituto Lixo e Cidadania é uma secretaria executiva do Fórum Estadual Lixo e Cidadania, criado em 2001. O instituto, por sua vez, foi constituído em 2003 com o objetivo de atender a demanda dos catadores no estado.

De acordo com os relatos dos catadores e da diretora do ILC na época, a destituição dos técnicos que executavam o Cataforte se deu em decorrência de um desentendimento "ideológico" entre técnicos não catadores e catadores representantes do MNCR. Estes últimos alegaram que os principais representantes do MNCR – também integrantes da diretoria do Instituto Lixo e Cidadania – passaram a não ter voz no Projeto Cataforte. O argumento que ouvi de todos com quem conversei é que as opiniões do catador militante do MNCR, Carlos Cavalcante, que era também agenciador do projeto, passaram a ser ignoradas pelo responsável pela coordenação do Cataforte já destituído, fato que teria acarretado a mobilização dos catadores integrantes da diretoria do Instituto contra a equipe. Solidários a esses catadores, o Fórum Estadual Lixo e Cidadania e a diretoria do Instituto teriam decidido destituir a equipe

técnica, que parecia não respeitar a "maneira de pensar" dos catadores técnicos e gestores do processo.

Em algumas falas dos catadores presidentes de cooperativas e integrantes do MNCR entrevistados, ficou explícita a ideia de que alguns catadores acreditam que o ideal seria que, num futuro próximo, o MNCR e os movimentos regionais alcançassem autonomia, que não fosse mais necessária a atuação dos técnicos não catadores para que as cooperativas avançassem na cadeia produtiva. Ficou muito claro, também, embora não de forma tão explícita, que o que estava em jogo nesta "disputa ideológica" era, de fato, a gestão dos recursos financeiros que projetos como esses como o Cataforte são capazes de captar para a entidade executora. No caso do Instituto Lixo e Cidadania, entretanto, que apresenta, em sua diretoria, representantes organizados do MNCR, esses recursos estão muito mais próximos dos catadores organizados do que em qualquer outro caso.

Durante a entrevista, o catador e também responsável pela assistência técnica, Carlos Cavalcante, admitiu essa tensão e lembrou que a situação não é diferente no estado do Rio Grande do Sul, onde, segundo ele, o movimento dos catadores é ainda mais refratário à atuação dos técnicos não catadores.

O depoimento de Carlos Cavalcante descreve a trajetória de um migrante que, ao contrário da maioria dos catadores que conheci, teve acesso à educação formal e empregos. Após um longo período de desemprego, entretanto, descobriu, na atividade da catação, a paixão política que o transformou em um dos principais militantes do segmento no estado. Segue abaixo seu relato:

Sou paraibano, tenho 54 anos e moro em Curitiba há 15 anos. Estudei o nível médio completo. Comecei a vida profissional por volta dos 20 anos de idade, como metalúrgico, com carteira assinada. Exerci diversos cargos e ocupações dentro do setor metalúrgico. Me especializei e qualifiquei em diversos cursos de panificação, trabalhei como garçom, pizzaiolo, entre outras profissões de maneira informal. No ano de 2000, por força de sucessivos desempregos, acabei optando pela catação, a última alternativa que encontrei. Em 2004, eu conheci uma entidade chamada Projeto Mutirão, aqui em Curitiba, e essa entidade desenvolve trabalhos de geração de renda na perspectiva da economia solidária. Uma das ações que a entidade desenvolveu naquela época foi organizar os catadores do bairro. Foi assim que eu conheci o processo de organização de catadores. Em 2005, me tornei um militante do movimento Ação dos Catadores. Devido a um projeto de formação do Movimento Ação dos Catadores em parceria com o NBS, realizamos três etapas de formação e um encontro estadual de lideranças. Neste encontro, eu fui eleito membro da Comissão Nacional do Movimento Ação dos Catadores, representando o Paraná. Desde então minha atividade passou a ser integralmente de militância e representação do movimento.

O catador explica que foi a experiência na militância que o ajudou a se "sentir profissionalmente realizado" e lembra que foram as novas lideranças mobilizadas pelo movimento que contribuíram para que catadores também atuassem como educadores e técnicos na execução do Cataforte no estado. Nesse processo, a entidade executora do projeto, que é a Secretaria Executiva do Fórum Estadual de Cidadania, um dos principais parceiros do movimento Ação dos Catadores, ajudou a criar uma relação forte entre catadores e entidades, permitindo essa oportunidade de participação nos projetos.

Entre os entrevistados, outro catador conta como superou o alcoolismo e encontrou na atividade de catação uma alternativa para uma vida de constantes internações e desemprego. Valdomiro, 49 anos, é catador de materiais recicláveis há 22 anos. Nasceu em Curitiba e estudou até a quarta série do ensino fundamental. Na época, tinha que trabalhar para ajudar seus pais em casa e não pôde dar continuidade aos estudos: "Comecei a atividade de catação por causa do alcoolismo, minha família nunca precisou catar papel, foi opção minha. O vício foi o causador de tudo, fui internado várias vezes. Mas o tempo passou e, quando percebi que a catação era uma oportunidade, fui até a prefeitura e pedi apoio. Eles acreditaram e, em 1997, formalizei uma associação para ajudar os alcoólatras".

Hoje Valdomiro preside a cooperativa Catamares, que tem 55 catadores cooperados. Cada cooperado consegue tirar no rateio em torno de 800 a 1.000 reais por mês. No total de catadores, 70% são mulheres.

O relato de Valdomiro também enfatizou a crise com os técnicos não catadores. Alegando que os principais problemas enfrentados no processo de formação pelo projeto Cataforte eram a falta de comunicação e o alcoolismo, Valdomiro acreditava que a gestão do projeto deveria ser feita apenas por catadores técnicos, e não mais por técnicos não catadores.

Marilza Aparecida de Lima concorda com Valdomiro em suas críticas à gestão do projeto no que diz respeito à desvalorização das opiniões dos catadores. Ela nasceu em Santa Catarina e se mudou para o Paraná há 17 anos. Em Santa Catarina, trabalhou em fábricas, madeireiras e, em Curitiba, trabalhou em lanchonetes e como doméstica. Estudou até a 5ª série do ensino

fundamental, tem 39 anos e faz 15 anos que exerce a atividade de catadora. "Comecei a catar sozinha devido à necessidade. Na catação, conheci o meu marido, também catador e com ele tive mais dois filhos. Tudo o que temos hoje nós conseguimos graças à catação. Tivemos vontade de nos organizar depois de ver outros projetos de catação organizados em outras cidades. Aos poucos fomos discutindo, conseguindo espaço, participando de fóruns e iniciamos alguns projetos e conseguimos apoio. Em 2002, já começamos a discutir a criação de uma secretaria executiva do Fórum e o Instituto de Cidadania para prestar apoios às organizações de catadores".

E continua: "Começamos a lutar com um grupo de catadores e, sem dinheiro para bancar aluguel e despesas, os catadores foram abandonando. Quando foi em 2005 montamos um grupinho na Vila das Flores, que tem um número muito grande de catadores, na área do Centro e fomos discutindo. No dia 30 de setembro de 2006, surgiu a Cooperativa CATAMARE".

Nos depoimentos acima, nota-se a mesma carga dramática que caracteriza a dura trajetória de exclusão social que marca a vida de catadores de materiais recicláveis em todo o país; no entanto, no discurso dos catadores na Bahia, não houve críticas aos agenciadores do projeto, representados pelo Pangea. Em Curitiba, a tensão política entre o discurso dos catadores e dos técnicos chegou ao ponto de gerar uma crise que se resolveu com a destituição de uma equipe inteira de seu papel de executora de políticas públicas.

Segundo Dawsey (2005, p.166), "ao passo que Goffman apresenta-se como um observador do teatro da vida cotidiana, Turner se interessa particularmente pelos momentos de suspensão de papéis, ou seja, pelo metateatro da vida social". De acordo

com esta reflexão, Turner define drama social a partir da percepção da experiência e atuação de papéis sociais e dos conflitos que se desencadeiam e revelam tensões latentes nas estruturas sociais. Turner enfatiza, em sua abordagem da vida social, as situações em que estas tensões afloram e os elementos não resolvidos da vida social se manifestam. "As relações sociais iluminam-se a partir de fontes de luz subterrâneas... dos desvios" (Dawsey, p. 165).

É neste sentido que o conflito que implodiu entre catadores organizados e politizados no Paraná e os técnicos ou agenciadores de uma política pública enunciada como inclusiva de segmentos historicamente excluídos em nosso país lança uma luz sobre o drama social em que vivem os catadores de materiais recicláveis neste início de década.

Em todos os relatos aqui revelados, notamos que o percurso em direção à inclusão social foi doloroso e cheio de sofrimento. O trabalho no aterro sanitário era considerado indigno, a baixa autoestima em que se encontravam os impedia de estudar e trabalhar, mas a coleta de lixo organizada em associações e cooperativas trouxe outra perspectiva, uma nova identidade passou a ser enunciada e foi na legitimidade desta prática que estes indivíduos fundaram uma nova possibilidade de se tornarem sujeitos de sua própria história enquanto cidadãos em um país desigual como o Brasil.

---

---

## Considerações finais

---

---

O processo de inclusão de um segmento social que vivia na indigência é, sem dúvida, indiscutível. Mas se iluminarmos as sombras das tensões entre militantes do movimento de catadores e agentes das políticas do Estado brasileiro, algumas contradições

da natureza destas políticas públicas que pretendem solucionar problemas estruturais na gestão do Estado se apresentam como indícios de uma tentativa de se adiar, mais uma vez, a garantia de direitos universais ao cidadão brasileiro.

A reciclagem de lixo urbano figura atualmente como atividade emergente após a ação de movimentos ambientalistas e de preservação ambiental. Embora gere vantagens ambientais indiscutíveis, se sobressaem os aspectos econômicos. A catação de materiais recicláveis constitui, para muitos trabalhadores, a única forma de garantir sobrevivência e possibilidade de inclusão num mercado de trabalho excludente (Medeiros e Macedo, 2006).

Segundo as autoras, "esses trabalhadores desempenham um papel preponderante para o processo de reciclagem, pois, atualmente, o fruto de seu trabalho é ponto de partida para o abastecimento, com matérias-primas, das indústrias de reciclagem. Apesar disso, a atividade é executada em condições extremamente precárias e informais de trabalho e remuneração, o que evidencia o caráter perverso da inclusão que essa atividade possibilita" (2006, p. 69).

Neste sentido, se a dialética inclusão/exclusão for entendida como um processo social, a inclusão de catadores de material reciclável se daria, em um âmbito nacional, ainda a partir de um processo perverso, uma vez que a inclusão social somente acontece devido à falta absoluta de alternativa à exclusão. Uma vez assegurada a lucratividade dos processos de reciclagem, nem sempre o verdadeiro objetivo do processo de inclusão social daqueles que exercem a atividade da catação é motivado pela necessidade de garantia de direitos de cidadania. Muitas vezes, as demandas da cadeia produtiva e a possibilidade de lucro, mesmo no âmbito do trabalho solidário das cooperativas, acabam se tornando a verdadeira meta de uma política de inclusão social. A exclusão sistêmica deveria ser entendida, então,

como sintoma. Sintoma de uma sociedade em colapso.

Não se trata de desmerecer uma política pública que tem trazido benefícios concretos a um segmento tão excluído como o que aqui estamos tratando. Se consultarmos os volumes conclusivos da pesquisa de avaliação do Projeto Cataforte realizada em 2011, notaremos que não há dúvidas de que os beneficiários desta política pública que investe em economia solidária têm ampliado sua autoestima e conhecimento sobre seus direitos de cidadania.

No relatório final da avaliação do Cataforte, foram enumerados vários fatores positivos alcançados pelo projeto, dentre os quais vale destacar: o fato de grande parcela dos catadores de materiais recicláveis passarem, no final do processo de formação, a se perceber como sujeitos sociais, com direitos e deveres cidadãos; a metodologia de capacitação em aspectos de assistência técnica com os de formação, possibilitando a aquisição por parte dos catadores de conhecimento dos direitos sociais e dos processos produtivos; a categoria atendida começa a entender o trabalho coletivo e as formas solidárias de labor, bem como a necessidade de organização e de articulação das redes da cadeia produtiva dos recicláveis; os catadores não organizados descobrem a importância da organização social e política como possibilidade de inclusão na cadeia produtiva dos recicláveis, facilitando obtenção de linhas de financiamento e melhoria nos métodos de trabalho próprios da economia solidária, de forma a melhorar a qualidade de vida, de trabalho, incrementar a renda e conquistar direitos sociais.

Outra constatação relevante do estudo foi que, após participar dos cursos de formação e assistência técnica, a categoria passou a adquirir mais consciência do que vem a ser a cadeia produtiva da reciclagem. Passou a compreender que seu trabalho de catação pertence à base da cadeia da atividade e que, conseqüentemente, seus rendimentos

eram reduzidos em função disso. Este ponto também esclarece por que, justamente nos estados brasileiros, como Bahia e São Paulo, é que as cooperativas de catadores de recicláveis são mais organizadas politicamente e por que houve um aumento relativo de rendimento no valor arrecadado entre os cooperados.

No entanto, por outro lado, o relatório também observou que uma das maiores dificuldades do projeto esteve no desafio de se adequar a metodologia de ensino e capacitação adotada pelos formadores a um público de baixíssima escolaridade, com pouca cultura escolar e quase nenhuma experiência no ensino formal. Concluiu-se que seria preciso disponibilizar programas de alfabetização para esses profissionais, como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou o BB Educar. Ao final, uma das principais conclusões dos executores da política estava no reconhecimento de que este projeto seria mais eficaz quanto mais estivesse associado a um projeto de educação, pois se notou que muitos catadores desistiam, desestimulavam-se ou não tinham condições de acompanhar os módulos de capacitação e assistência, justamente em função da distância cultural que apresentavam em relação aos agentes transmissores da política pública executada pelo Estado.

Observamos, portanto, no âmbito da reflexão aqui empreendida, que uma política de inclusão de um segmento social excluído de um direito universal enunciado por um Estado-nação, como entendo que deva ser o direito à educação formal desde a infância, apresenta as limitações próprias de sua natureza. Isto é, no âmbito de uma sociedade urbana e moderna, como se pode incluir socialmente uma categoria que está excluída do direito à educação formal desde a infância? Ajudá-la a desenvolver uma consciência social no sentido de aprender que o trabalho solidário e a organização política são capazes de gerar inclusão econômica e autoestima é um enorme passo na direção

da inclusão social deste segmento, mas não resolve o problema da exclusão à educação formal fundamental e básica.

Mesmo em tempos pós-modernos de fragmentação da experiência do indivíduo moderno devido às transformações das instituições sociais totais como o Estado, a família e a igreja, e mesmo quando se anuncia a dissolução das grandes narrativas históricas ocidentais que perduraram ao longo do século XX (Hall, 2000), ainda assim podemos concluir esta reflexão nos indagando sobre o alcance de políticas de inclusão social que surgiram nas últimas décadas. Estaríamos em um tempo histórico em que se desistiu, de uma vez por todas, de se enunciar um direito universal, ou seja, o direito à cidadania, à educação e à dignidade do trabalho, desde que este lhe seja garantido pelo fato de ter simplesmente nascido em um determinado país, que possui em comum um projeto de Estado-nação e uma constituição? Mas este já seria assunto para outra reflexão como esta que aqui termina.

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição Federal, 1988)

## Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *Economia das Trocas Simbólicas*. Tradução de Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1998. (Série Estudos).
- BOURDIEU, Pierre. *The field of cultural production*. New York: Columbia University Press, 1993.
- DAWSEY, Jonh C. Victor Turner e antropologia da experiência. *Cadernos de Campo*, n. 13, 163-176, 2005.
- GASTALDO, Édison. Goffman e as relações de poder na vida cotidiana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. [online]. 2008, vol.23, n.68, pp. 149-153. ISSN 0102-6909.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- MEDEIROS, L.F.R.; MACEDO, K.B. Catador de material reciclável. Uma profissão para além da sobrevivência? *Psicologia & Sociedade*. 18(2): 62-71; mai./ago. 2006.
- PROJETO CATAFORTE – Relatório Final de Avaliação Externa do Projeto Cataforte, volume 3. Grupo Informe/FBB. Brasília, junho 2011.
- TURNER, Victor. *O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- \_\_\_\_\_. *From Ritual to Theatre: The Human Seriousness of Play*. New York: PAJ Publications, 1982.

**Resumen:** Esta comunicación busca realizar una reflexión antropológica sobre la identidad de los cartoneros de Salvador/BA e Curitiba/PR y las políticas públicas adoptadas para la formación de los cartoneros de material reciclable en Brasil. Después de haber participado en el año 2010, de la investigación cualitativa en nivel nacional de Evaluación del proyecto de fortalecimiento de las asociaciones y cooperativas de los cartoneros de material reciclable: formación para la autogestión, asistencia técnica y movilización, realizada por la Fundación Banco del Brasil, actuando conjuntamente con el Ministerio de Trabajo y Empleo, tuve la oportunidad de realizar una investigación en profundidad con representantes del Movimiento Nacional de Cartoneros en Salvador e Curitiba. A partir de estas conversaciones fue posible delinear algunos de los enunciados de las identidades que se constituyen en la relación entre el gobierno y los movimientos sociales. Mi objetivo es reflexionar desde un enfoque etnográfico cómo se dan los enunciados y discursos que los encuestados hacen de su propia identidad. Desde el momento en que estas personas fueron sometidas a cursos de formación para "la emancipación social y económica del segmento", ya que son vistos históricamente como excluidos, la idea de la inclusión social se presenta como una nueva posibilidad de lugar de expresión oral.

**Palabras clave:** cartoneros de materiales reciclables, políticas públicas en Brasil, enunciación de identidades en Brasil, exclusión social e sustentabilidad.

**Résumé:** Cet article a pour but la réalisation d'une réflexion anthropologique sur l'identité des ramasseurs de Salvador/BA et Curitiba/PR et les politiques publiques adoptées pour la formation – capacitation – des ramasseurs des matériaux recyclables au Brésil. Après ma participation en 2010 à une investigation qualitative de portée nationale relative à l'Évaluation du projet de renforcement des associations et cooperatives des ramasseurs des matériaux recyclables: formation pour l'auto-gestion, l'assistance technique et la mobilisation, réalisée par la Fondation Banque du Brésil, en partenariat avec le Ministère du Travail et de l'Emploi; j'ai eu l'opportunité de réaliser une enquête en profondeur auprès des représentants du Mouvement National des Ramasseurs de Salvador et Curitiba. Certains énoncés identitaires qui sont construits dans les relations entre le gouvernement et les mouvements sociaux ont pu être délimités à partir de ces interviews. Mon objectif était de réfléchir – du point de vue de l'éthnographie – sur la manière dont les sujets interviewés créent des énoncés sur leurs identités. À partir du moment où ces personnes ont été soumises à une formation sur "l'émancipation sociale et économique du secteur", vu qu'elles sont historiquement considérées comme des sujets d'exclusion, l'idée de l'inclusion sociale se présente comme une nouvelle possibilité d'expression orale.

**Mots-clés:** ramasseurs des matériaux recyclables, politiques publiques au Brésil, énonciation identitaire au Brésil, exclusion sociale et développement durable.